

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que diz respeito à administração pública, à organização político-administrativa do Estado e ao Sistema Tributário Nacional, julgue os seguintes itens.

- 51 Cada ente federativo pode instituir mais de um regime próprio de previdência social, desde que os regimes instituídos se destinem a diferentes categorias de servidores.
- 52 A proibição de pulverização aérea de agrotóxicos é matéria afeta à saúde e ao meio ambiente, temas elencados entre as competências legislativas concorrentes da União, dos estados e do Distrito Federal.
- 53 Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), os atos de improbidade administrativa implicarão a seus agentes, entre outras consequências, a perda dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e a obrigação de ressarcimento ao erário, na proporção e na forma previstas em lei.
- 54 A competência político-administrativa comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a proteção do meio ambiente legitima a criação de taxa para remunerar a atividade de fiscalização dos estados.
- 55 Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, a União pode instituir isenções, reduções ou diferimento permanente de tributos federais, considerando critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.
- 56 A Reforma Tributária do Consumo, realizada em 2023, consagrou expressamente a defesa do meio ambiente e a proteção dos pequenos empreendimentos rurais como princípios a serem observados pelo Sistema Tributário Nacional.

Em relação à ordem econômica e financeira, aos direitos e deveres individuais e coletivos e ao Ministério Público, julgue os itens a seguir, considerando as disposições da CF e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 57 Com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, associação civil de proteção aos direitos difusos está autorizada a ajuizar ação popular, ficando a autora isenta do pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- 58 De acordo com a CF, é permitida a impetração de mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não protegido por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- 59 Segundo a CF, a defesa do meio ambiente é um fundamento da ordem econômica, devendo ser assegurada inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- 60 As cooperativas de garimpeiros, em virtude do princípio que lhes garante tratamento favorecido pelo Estado, gozam de prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra de recursos e jazidas de minerais garimpáveis nas áreas onde estejam atuando.
- 61 A convocação de um indígena para prestar depoimento a uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) em local diverso de suas terras viola a sua liberdade de locomoção, porque a CF veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo exceções nela previstas.
- 62 O Ministério Público dispõe de legitimidade ativa *ad causam* para ajuizar, em favor de terceiros, ação penal de *habeas corpus*.

Em relação a licitações e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 63 É vedada, no âmbito do IBAMA, a priorização na tramitação de serviços licitados e contratados apenas em razão do objeto do ajuste.
- 64 A Lei n.º 14.133/2021 prevê a utilização de meios alternativos de solução de controvérsias, salvo quando se tratar de questões financeiras do contrato, visto que estas representam interesse indisponível.
- 65 Define-se como concessão de serviço público a delegação da prestação desse serviço, feita pelo poder concedente, mediante licitação, somente na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, com comprovação da sua capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- 66 É dispensável a licitação para a celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua administração pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada.
- 67 Em razão do princípio da formalidade adotado pela administração pública, não se admite a forma eletrônica na celebração de contratos e termos aditivos.
- 68 A conduta de devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo configura o crime de violação de sigilo em licitação.
- 69 O contrato de eficiência tem como objeto a prestação de serviços, podendo ou não incluir a realização de obras, mas sempre sem o fornecimento de bens e com o objetivo de proporcionar economia ao contrato, por meio de uma remuneração ao contratado com base em percentual da economia gerada.
- 70 São princípios expressos na Lei n.º 14.133/2021 a probidade administrativa, a igualdade, o planejamento, a transparência, a segregação de funções, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a economicidade e o desenvolvimento nacional sustentável.

Julgue os itens seguintes, com base na Lei de Acesso à Informação e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

- 71 Qualquer interessado poderá requerer acesso a informações aos órgãos públicos, por qualquer meio legítimo, desde que mediante identificação pessoal e especificação da informação requerida e dos motivos do pedido.
- 72 É permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis, inclusive sem o consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para a proteção do crédito.

No que concerne aos agentes públicos, julgue os próximos itens, com base na Lei n.º 8.112/1990.

- 73 Será destituído do cargo em comissão aquele que cometer infração sujeita à penalidade de suspensão, seja ele ocupante de cargo efetivo ou não.
- 74 A licença concedida ao servidor, sem prejuízo da remuneração, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro terá prazo máximo de sessenta dias, consecutivos ou não, em um período de doze meses.

Acerca do empreendedorismo governamental e dos processos de gestão de pessoas, julgue os próximos itens.

- 75 A capacitação organizacional deve ser direcionada tanto ao desempenho de funções específicas quanto ao desenvolvimento de competências para a tomada de decisões, a melhoria da produtividade e a eficiência.
- 76 As condições para o exercício do empreendedorismo governamental são similares às do setor privado visto que a iniciativa empreendedora está centrada nas características comportamentais do indivíduo.
- 77 A gestão por competências no setor público atém-se à promoção de uma cultura de desenvolvimento contínuo das pessoas.
- 78 A mudança de processos e as crenças decorrentes das alterações governamentais internas geram descontinuidade e dificuldades na gestão estratégica de pessoas, o que demanda realinhamentos para a promoção de engajamento e compromisso de gestores e servidores.

No que se refere à definição de estratégias organizacionais, bem como à melhoria de processos, à metodologia BSC (*balanced scorecard*) e à gestão de projetos, julgue os itens seguintes.

- 79 Os projetos, por definição, não devem ser constituídos de atividades repetitivas e contínuas, mas compreender esforços temporários, com datas de início e fim, ainda que sua execução demande períodos de longa duração.
- 80 Por destoarem das estratégias deliberadamente planejadas, as estratégias emergentes devem ser evitadas.
- 81 Para se assegurar a execução de cada objetivo estabelecido no mapa estratégico mediante o uso da metodologia BSC, devem ser criadas iniciativas que compreendam um único projeto para cada objetivo.
- 82 A utilização do ciclo PDCA é um dos métodos que favorece a gestão de processos, permitindo a melhoria contínua e o aperfeiçoamento incremental.

Julgue os próximos itens, no que se refere à gestão de riscos, tipos de decisões, mudança organizacional e critérios de departamentalização.

- 83 A estrutura organizacional de uma empresa independe do seu porte, sendo as departamentalizações por função, por produto e por localização geográfica características da adoção de critérios horizontais.
- 84 A gestão de riscos caracterizada como parte integrante de todas as atividades organizacionais denomina-se personalizada.
- 85 Os aspectos tecnológicos que afetam o processo de mudança organizacional restringem-se ao ambiente externo à organização.
- 86 O modelo clássico ou burocrático de tomada de decisão é focado em procedimentos lógico-formais, por meio da escolha da melhor decisão, aquela que possivelmente produzirá mais eficácia.

Em relação ao direito financeiro e tributário, julgue os itens a seguir, de acordo com as legislações pertinentes e as normas aplicáveis ao IBAMA.

- 87 Considera-se tributo toda prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada e que não constitua sanção por ato ilícito.
- 88 O processo administrativo fiscal no âmbito da União é conduzido pela Receita Federal do Brasil, vedada a participação de outros órgãos na condução do julgamento de recursos administrativos.
- 89 A contabilidade pública deve registrar os valores arrecadados e pagos, não sendo necessário o registro de compromissos financeiros assumidos pelo ente público.
- 90 O valor da taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA) é determinado com base no faturamento da empresa: empresas com menor receita pagam valores menores, independentemente do impacto ambiental de suas atividades.

Acerca do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e de sua normatização, julgue os itens que se seguem.

- 91 Salvo disposição legal em contrário, os órgãos públicos que necessitem de documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da administração pública federal deverão obtê-los diretamente, não podendo exigí-los dos usuários dos serviços públicos.
- 92 A regularização de débito inscrito no CADIN pode ocorrer mediante a suspensão do registro, quando o devedor comprovar ter ajuizado ação em que se discute a obrigação, oferecendo garantia idônea e suficiente ao juízo, ou quando a exigibilidade do crédito estiver suspensa nos termos da lei.

A respeito do orçamento público e de suas receitas e despesas, julgue os itens subsecutivos.

- 93 A despesa orçamentária consiste nos gastos previstos na LOA, enquanto a despesa extraorçamentária envolve saídas de recursos que não alteram o patrimônio líquido do ente público, pois correspondem a movimentações financeiras sem impacto efetivo na execução orçamentária.
- 94 O sistema de planejamento e de orçamento federal permite a vinculação total da arrecadação de tributos a órgãos e programas específicos, garantindo que os recursos arrecadados sejam utilizados estritamente conforme a previsão orçamentária inicial.
- 95 As receitas tributárias são consideradas receitas de capital, pois resultam da cobrança de impostos e contribuições destinadas a investimentos públicos.
- 96 O plano plurianual (PPA) define diretrizes, objetivos e metas do governo para quatro anos, orientando políticas públicas e investimentos, ao passo que a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelece metas e prioridades para o exercício seguinte, servindo de elo com a lei orçamentária anual (LOA), além de orientar sua elaboração.

Julgue os próximos itens com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 97** Quando a receita arrecadada não for suficiente para o cumprimento das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão adotar a limitação de empenho e movimentação financeira, ajustando as despesas à realidade fiscal e evitando desequilíbrio orçamentário.
- 98** A transparência na gestão fiscal resume-se à publicação de balanços financeiros dos entes públicos para a garantia do acesso às informações sobre a execução orçamentária.

Considerando as especificidades do setor público, julgue os itens a seguir, em relação à receita e despesa sob o enfoque patrimonial e à realização da variação patrimonial.

- 99** O 13º salário, a ser pago no final do ano, deve ser reconhecido patrimonialmente concomitantemente com o empenho, a liquidação e o pagamento da respectiva despesa orçamentária.
- 100** Será denominada variação patrimonial aumentativa (VPA) a receita pública sob o enfoque patrimonial.

Julgue os itens seguintes, referentes às transações no setor público e seus respectivos registros, com base na relação entre as contas e a natureza da informação contábil do plano de contas aplicado ao setor público.

- 101** A baixa de um equipamento de imobilizado considerado inservível, sob a perspectiva da natureza de informação patrimonial, enseja o débito de uma conta de variação patrimonial diminutiva (classe 3) e o crédito de uma conta de ativo (classe 1).
- 102** Em se tratando de recebimento de recursos decorrentes de um empréstimo de longo prazo, sob a perspectiva da natureza de informação orçamentária, deve ser debitada uma conta de ativo (classe 1) e creditada uma conta de receita realizada (classe 6).

Julgue os itens subsequentes, relacionados à estrutura e ao fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 103** O resultado patrimonial apurado na demonstração das variações patrimoniais não constitui indicador de desempenho no setor público.
- 104** No balanço orçamentário, as receitas e despesas serão apresentadas, respectivamente, por fonte e destinação de recursos.
- 105** Na demonstração dos fluxos de caixa, as receitas e as despesas serão classificadas em recursos vinculados e não vinculados, respectivamente.

Julgue os seguintes itens, de acordo com o disposto na NBC T SP Estrutura Conceitual sobre os ativos e passivos do setor público.

- 106** Um passivo é caracterizado como tal, ainda que a obrigação possa ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade.
- 107** A propriedade legal é um indicador de controle para os ativos do setor público.

Julgue os próximos itens, em relação a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores no setor público.

- 108** A autoridade competente para empenhar a despesa deve ser a responsável pelo reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores.
- 109** Os empenhos que corram à conta de créditos com vigência plurienal e que não tenham sido liquidados somente serão computados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.

A gestão de pessoas nas organizações enseja desafios que perpassam as relações interpessoais, a liderança e o gerenciamento de conflitos. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 110** O poder da posição de liderança consiste no grau de confiança, credibilidade e respeito que os membros de uma equipe têm em seu líder.
- 111** Segundo a visão tradicional de conflito, este é uma força positiva e necessária para a eficácia do desempenho do grupo de trabalho.
- 112** As teorias comportamentais de liderança explicam a relação entre o comportamento do líder e o desempenho das equipes a partir do foco na tarefa e no relacionamento interpessoal.
- 113** A percepção de conflitos no trabalho gera envolvimento emocional, aumentando a ansiedade, a tensão, a frustração ou a hostilidade nas relações interpessoais.
- 114** O grau de prontidão da equipe está diretamente associado à habilidade e à disposição das pessoas para a realização de uma tarefa no trabalho.

Julgue os itens subsequentes, relativos a gestão de pessoas e gestão por competências.

- 115** O foco na trajetória profissional é o que difere a gestão por competências das demais abordagens de gestão.
- 116** As avaliações de desempenho integradas caracterizam-se pela análise do desenvolvimento, do esforço e do comportamento das pessoas em uma mesma ferramenta ou processo.
- 117** Competência pode ser definida como uma habilidade que corresponde a uma atribuição ou responsabilidade mais complexa e que contribui diretamente para a organização.
- 118** Competências essenciais são reconhecidas como diferenciais que conferem às organizações vantagens comparativas.
- 119** Competência fundamental consiste na capacidade de assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade.
- 120** Desempenho é o conjunto de entregas e resultados de uma pessoa para a organização ou o negócio.